



17
65
94

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS, REALIZADA NO DIA VINTE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS-----

----- ATA NÚMERO DEZASSEIS -----

----- (Mandato 2021-2025)-----

----- Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e vinte e três reuniu no Centro Sociocultural dos Serviços Sociais da Administração Pública, sito na Avenida Visconde de Valmor, número setenta e seis letra A, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas (*ANEXO 1*), sob a presidência do seu Presidente efetivo, José Filipe da Costa Toga Machado Soares, coadjuvado por Abel Manuel Eusébio Simões, Primeiro Secretário, e Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, Segunda-Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças” (*ANEXO 2*), para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – José Manuel da Luz Cordeiro, José Ferreira Marinho e Maria Eulália Gomes Frazão. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Teresa Paula de Amorim Costa Vilela Dionísio e Luís António dos Santos Duarte. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro, Fernando Marques Pereira, Sigismundo Alexandre Almeida de Sampaio Nunes, Dora Helena de Albuquerque Lampreia e André Oliveira Carrilho. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Gonçalo Nuno Pinto Ascensão Costa Santos e Patrícia Valadão Sacadura da Silva Garcia de Borja Menezes. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Isabel Maria Laureano Varão. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – William Ricardo Teixeira Naval. -----

----- **Do Partido “CHEGA” (CHEGA)** – Ana Isabel Gonzalez Araújo. -----

----- Com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Intervenção do Público; -----

----- Ordem do Dia; -----

----- Ponto 1 – Informação escrita do Presidente; -----

----- Ponto 2 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a 2.^a Alteração Orçamental Modificativa de 2023 – Proposta n.º 03/PRES-TSC/2023; -----

----- Ponto 3 - Outros assuntos de interesse para a freguesia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros (*ANEXO 3*): -----

----- Américo Manuel de Brito Vitorino, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Eulália Frazão. -----

----- Maria Fragoso Rebelo de Penha Monteiro, que justificou a sua ausência e não foi substituída. -----

----- Jorge Manuel Serra D’Almeida, que justificou a sua ausência e foi substituído por André Carrilho. -----

----- João Manuel Meira dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Isabel Varão. -----

----- Pedro Miguel Rodrigues Freire da Bandeira Duarte, que justificou a sua ausência e foi



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

substituído por Ana Gonzalez.-----

----- O Executivo da Junta esteve representado pelo Senhor Presidente, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, e por Ana Cristina de Araújo Pinto Xarez, Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata, Sónia Marisa Magro Madeira da Cunha, José Pedro Athayde Albuquerque Soares Rebelo, Cristina Maria Fernandes Duarte Martins e Ricardo Teles Viegas Froes Spalk. --

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- (Tomou posse a Membro Ana Isabel Gonzalez Araújo) -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês Guilherme Rua** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa tarde a todos, eu venho abordar um assunto muito simples. A minha intervenção é para chamar a atenção e pedir ao Executivo da Junta algum conselho sobre a melhor forma de abordarmos em conjunto este problema.*-----

----- *Sendo muito específico, tem a ver com, e peço desculpa por estar a ler, eu tenho aqui umas notas para não me esquecer, alguns episódios de violência que têm vindo a ser cada vez mais comuns na zona do Jardim Amélia Carvalheira. Não só com outros moradores da zona, mas em mais do que um caso em específico com os trabalhadores daquele quiosque que se encontra no jardim. Já por diversas vezes foi necessário chamarmos a polícia, infelizmente não deu qualquer tipo de resultado visível, visto que estes incidentes continuam a acontecer com uma certa regularidade.*-----

----- *Indo ao cerne da questão e tentando evitar generalizações, os episódios são sempre protagonizados pelo mesmo grupo de indivíduos que são sem-abrigo, que se deslocam àquela zona para ir buscar a sua refeição à RE food. Não quero insinuar que isso é o problema ou a causa destes incidentes, mas há um indivíduo em particular, que tem inclusive um cão que já atacou duas pessoas, é um cão que pela Lei é um cão perigoso, tem de andar na via pública de trela e de açaimo. A polícia já foi alertada diversas vezes para este facto, o cão está constantemente solto num parque infantil onde eu vou todas as tardes com o meu filho de dois anos.*-----

----- *Não só isso, como este grupo de indivíduos, infelizmente e não sendo insensível à situação dramática em que eles se encontram e lamentável, mas destroem o património que é de todos, estão constantemente envolvidos em atos de violência entre eles e com outras pessoas, sujam o espaço. Encontramos dejetos no jardim, encontramos seringas nos escorregas onde vamos com as crianças e acho que a situação em que eles se encontram não pode servir como justificação para que tornem a vida das outras pessoas menos livre de exercerem as suas atividades. Nesse sentido, acho que é importante mobilizarmos e tentarmos arranjar uma solução para estes problemas.*-----

----- *Obrigado.*”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tivera conhecimento pelas redes sociais daquilo que se estava a passar no Jardim Amélia Carvalheira e deixara a sugestão de que alguém fosse ali falar e expor a situação, que achava lamentável.-----

----- Agradeceu a intervenção, com certeza que iria ter uma resposta por parte do Senhor Presidente ou de quem ele delegasse.-----



----- **Freguesa Carla Matos** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa noite a todos. Eu vinha referir também o caso que foi agora aqui falado. Venho falar de outros casos extremamente graves. -----*

----- *Sei que ali para o lado do Gemini uma senhora foi passar o fim de semana fora e quando chegou a casa tinha o vidro partido e uma bala dentro de casa. Acho que a polícia demorou, só no dia a seguir lá chegar. -----*

----- *O que é que tem havido mais? Ali para o lado do jardim Julieta Ferrão, uma torre alta, abriu ali um consultório de medicina dentária. Ainda não tinha aberto e tinha sido assaltado. Na mesma semana, no mesmo dia, no lado lá da Avenida Álvaro Pais, mais duas lojas foram assaltadas. Se isto não é um crime grave, porque está os impostos, está o dinheiro, está o investimento, está tudo mais, eu não sei o que é que será grave. -----*

----- *A sorte é que a senhora não tinha estado em casa, porque se a senhora estivesse em casa na trajetória da bala, a viver sozinha, se calhar o corpo ainda lá estava para ser dado conta. --*

----- *Por isso, quero agradecer ao Executivo de ter feito mais uma petição para a reposição da esquadra e espero que a esquadra venha, porque não é telefonar para a polícia, a polícia saber se tem carro, se não tem carro, se vem de autocarro, se há autocarro, se vem a pé ou carros particulares, como já foi dito em outras reuniões. Estar 24 horas à espera e se aparecer ao fim de 24 horas. -----*

----- *Ia referir aquele caso daquele senhor e as outras situações que tem havido aqui, que é constantemente falado, quase todas as sessões, nestas reuniões, que já começa a ser, não sei, o relatório. Mas pronto, as vezes todas as que forem necessárias eu vou falar sempre da violência, dos crimes e tudo o resto e espero não cair no ridículo da ironia, para não ser mal-educada. -----*

----- *Suponho que seja só, porque chega a extremos e os extremos têm os seus limites, e a minha liberdade começa quando termina a dos outros. -----*

----- *Obrigada. Boa noite.” -----*

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o Senhor Guilherme Rua tinha feito muito bem em ir ali expor o seu problema. Estavam mesmo atentos a esse problema, tinham pessoas especializadas da Freguesia que lidavam com os sem-abrigo. Não era fácil, já comunicaram à polícia, mas ainda bem que iam ali alertar porque estavam constantemente em cima do assunto. Compreendia perfeitamente em relação ao quiosque e ao próprio jardim. -----

----- *Tinha tomado a devida nota e iria mais uma vez entrar em contacto com a polícia, mas a equipa de assistentes sociais estava constantemente com a Santa Casa, com duas ou três instituições, a ver se conseguiam tirá-los da rua e pôr nalgum sítio. Infelizmente não era fácil. --*

----- *Por exemplo agora, iriam sair muitos sem-abrigo, mas quando o Papa se fosse embora voltavam outra vez. Era isso que não gostava e que não queria ver. Gostava mesmo que se resolvessem esses problemas e faria tudo para que se tentasse resolver. -----*

----- *Estavam identificados na Freguesia nove sem-abrigo. Ainda uns dias atrás eles estavam naquele largo, naquele escondidinho, atuaram e falaram com eles, não ligaram e foi a polícia, tinha lá estado com a polícia. Deixaram de lá aparecer, mas foram exatamente para esse lado, sobretudo o indivíduo do cão era perigosíssimo e havia um também com uma ligadura na mão, que também estava identificado. -----*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- Tudo faria para que conseguissem resolver o problema.-----

----- Em relação à Senhora Carla Matos, era um tema permanente. Ultimamente tinha havido mais roubos, mais assaltos. Não dizia no bairro, mas na Freguesia, para os lados do Corte Inglês, também a António Augusto Aguiar, em São Sebastião, no bairro.-----

----- Era evidente que contactavam a polícia, mas não se via polícia na rua, por muito boa vontade que eles pudessem ter. Conhecia-os todos, tinha pertencido à 31ª e conversavam muito, mas era o que eles diziam, não podiam andar pela Freguesia toda porque eram poucos.-----

----- Depois havia um problema que lhe foi dito pela polícia, na Freguesia havia vários eventos de acompanhamento de figuras do Estado e a polícia tinha de ser deslocada para os acompanhar e, portanto, não podia andar na rua.-----

----- Por tudo isso tinha voltado a pôr uma petição para o regresso da esquadra. Agradecia que todos assinassem, para voltar a fazer o que tinha feito há oito anos e que foi levar à Assembleia da República, que aprovou o regresso da esquadra, mas quem mandava era o Governo e não autorizou, mantendo-se sem a esquadra.-----

----- Iria fazer tudo novamente. Já tinha pedido uma reunião com o MAI há muito tempo, mas até ao momento não havia resposta. A petição estava em funcionamento e o que pedia era que assinassem e passassem a palavra, porque quantas mais assinaturas tivesse iria à Assembleia da República e seriam os Deputados a decidir.-----

----- **Freguesa Sofia Rosário** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Eu venho falar sobre o licenciamento dos espaços, dos restaurantes, das esplanadas, até à uma da manhã. Ficam até à uma da manhã as esplanadas abertas e está a acontecer esse flagelo precisamente daquele lado, na Avenida Conde Valbom. É mais que um.-----*

----- *As pessoas ficam, são população que vem de fora e porque é que eu pedi esta exceção? Porque contribui para um flagelo que é dos detritos, as pessoas ficam até às 2, 3, 4 da manhã, e de alguma criminalidade. Cria também insegurança e os residentes é que sentem que estão a fazer um serviço. Primeiro não descansam, depois estão sempre a ser os chatos, a ligar à polícia, a pôr na aplicação.-----*

----- *A questão é que se começou a criar uma exceção, foi o licenciamento das esplanadas abertas até à uma da manhã, na Lei é até à meia-noite e agradecia à Junta que reconsiderasse isso.-----*

----- *Obrigada.”-----*

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que o horário de funcionamento era da responsabilidade da Polícia Municipal. Sobre o que tinha alertado e bem, gostaria que indicasse quais os locais onde isso estava a acontecer, para que pudessem falar com a Polícia Municipal no sentido de passarem por lá e fazerem a fiscalização.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** pediu à Dona Sofia para que junto dos serviços da Junta de Freguesia deixasse essa informação, para depois ser entregue ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que sobre a intervenção do Senhor Guilherme Rua, não o iria sossegar muito, mas podia dizer aquilo que se calhar poucas pessoas sabiam. Já tinha passado de tantos limites que a própria Igreja foi obrigada a intervir por escrito. A Igreja, que como todos sabiam tinham um carácter de ajudar, de fazer e andar, estava de tal maneira



penalizada por causa da RE food, que ainda bem que existia e estava a fazer bem a muita gente, mas devido à concentração de irem buscar a comida já teve de escrever para a Junta de Freguesia, para a Câmara Municipal de Lisboa, para a Santa Casa da Misericórdia, para a Polícia Municipal, para a Polícia de Segurança Pública, para a Polícia Judiciária. Portanto, havia ofícios que já alertaram as entidades devidas para tomarem boa nota da situação. -----

----- Ali o problema era o costume, os sem-abrigo saíam um dia e voltavam no outro, mas esses casos de perigo tinham de ser muito bem tratado e isolados porque de facto não podia ser. -----

----- Sobre a esquadra, tinha feito parte de uma equipa com o Senhor Presidente a chefiar e em 2017 foram ouvidos na Assembleia da República, onde tinha sido muito maltratado pelo PS, inclusivamente com ameaças de que estavam na casa da democracia. O senhor relator depois teve de ouvir daquelas que não queria e estava tudo gravado, bastava irem à procura que viam lá tudo explícito e bem tratado. -----

----- Era como o Senhor Presidente tinha dito, correu os trâmites normais dentro da Assembleia, foi ao plenário, que recomendou e as recomendações valiam aquilo que valiam, era como ali, e o Governo já presidido pelo atual Primeiro-Ministro fez ouvidos moucos, seguiu com a política para aquilo que ganhou, os eleitores elegeram e continuou com a política dele, esquadra para ninguém. -----

----- Era um dos que tinha assinado, mas já na última Assembleia dissera que isso não ia dar em nada. Tinha lido a notícia de que três semanas atrás foi aprovado na Assembleia da República que as esquadras acabaram e as que estavam eram para acabar. Era para fazer as grandes esquadras e pôr os polícias a girar dentro dos carros, a 40 ou 50 à hora que não viam nada. -----

----- Daí a dez anos se ainda fosse vivo, esperava que sim, se fosse assistir às Assembleias continuariam a falar da esquadra, porque não acreditava que houvesse esquadra, principalmente porque o atual Primeiro-Ministro e o grupo parlamentar que tinha já fizeram aprovar a situação de acabar com a esquadra. Portanto, era impossível. -----

----- Sobre os bandidos, cada um tinha que se defender, era complicado. -----

----- **Membro Gonçalo Santos (IL)** disse que, relativamente aos casos que levaram ali, era tudo casos de polícia e lamentável, porque o Estado metia-se onde não se devia meter e naquilo que era a função do Estado não cumpria. -----

----- Durante a campanha eleitoral perguntavam às pessoas o que as afligia mais ali nas Avenidas Novas e as pessoas reiteradamente falavam da segurança, o que para si era estranho porque nunca se tinha sentido inseguro nas Avenidas Novas, mas as pessoas de todos os níveis sociais, de todas as idades, falavam sistematicamente da segurança. Portanto, a segurança era uma questão importante nas Avenidas Novas e tinha que se fazer alguma coisa. Sabia que o Senhor Presidente já fazia tudo aquilo que podia relativamente a esse assunto. -----

----- Teria de assinar a petição, nem sabia da existência dela, mas tinham de arranjar forma para fazer algum tipo de pressão e continuar esse caminho. -----

----- **Membro Luís Duarte (CDS-PP)** disse que não podia deixar de dar uma nota sobre a intervenção do Senhor Guilherme Rua, sobretudo porque era um problema com duas dimensões. Tinha a dimensão social das pessoas que estavam em situação de sem-abrigo e que era de facto muito complicado, depois tinha o problema da segurança que entroncava na questão da inexistência da esquadra, da inexistência de efetivos da polícia que fizessem o seu papel enquanto guardiões da segurança pública. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- A única coisa que lhes restava era continuar a fazer o exercício nas competências da Junta, que não eram suficientemente abrangentes para poderem resolver problemas com essa complexidade.-----

----- O Senhor Presidente deu uma informação que por acaso gostava de ver esclarecida. Era uma curiosidade que tinha, porque esse tema dos sem-abrigo preocupava muito. Frequentavam a Freguesia e a sensação que tinha pessoal era de ser um tema que estava a agravar-se e viam-se mais pessoas a dormir na rua. O Senhor Presidente tinha dado nota de que estavam referenciados nove sem-abrigo e pensava que fossem mais, mas admitia que pudesse haver alguns por referenciar. Sabia existir uma dificuldade muito grande, porque através da segurança social, da Junta de Freguesia e dos serviços da Junta com a colaboração de alguns fregueses, tinham-se procurado soluções que as pessoas em situação de sem-abrigo depois também declinavam. Inclusivamente soluções de atribuição de um posto de trabalho com salário, para que as pessoas começassem a reintegrar e pudessem eventualmente a prazo sair da situação de sem-abrigo.-----

----- Dito isso, a sua questão ia um pouco no sentido de aproveitar o plano municipal de pessoas em situação de sem-abrigo da CML, que foi desenhado para o período de 2019 até 2023. Seria muito interessante perceber, no âmbito das conclusões desse exercício e que a Junta de Freguesia na medida em que fosse possível, junto da autarquia que pudesse tentar perceber que plano existia para 2023 até 2025 ou 2026. Era um plano que com certeza haveria de ter resultado nalgumas conclusões, não era um problema que se conseguisse resolver de forma fácil.-----

----- Também não era aceitável “chutarem” de umas ruas e de uns bairros para os outros, de um jardim ou de uma praça para outra. Era um problema que obrigava a uma solução por vezes muito complexa, mas como dizia a Senhora Carla Matos, a liberdade das pessoas que queriam viver na rua terminava onde começava a liberdade de ter os espaços públicos preservados.-----

----- O senhor do cão ultimamente tinha estado ao pé do edifício do antigo Ministério da Educação, parecia que já tinham partido um vidro, era violento, já quis atacar a sua filha.-----

----- Eram situações que percebiam, tinham essa condescendência, mas aquilo que a Junta pudesse fazer sobre a atuação da própria autarquia, enquanto eleitos pelo CDS muito gostariam que tudo fosse feito para encontrar soluções que, não sendo fáceis, urgiam.-----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que essa era uma questão de particular sensibilidade. A questão dos sem-abrigo deveria ter um complexo de intervenção que passasse também pela saúde mental.-----

----- Não era médica, mas por razões familiares até, tratava-se de uma situação extremamente preocupante e devia ser encarada com a devida seriedade. Tratava-se de náufragos sociais que deviam ser encarados como aquilo que eram, mas eram também pessoas que nunca se enquadraram na sociedade o que a partir de determinado momento da sua vida claudicaram, não tinham mais forças para viver num contexto social e tinham de ser encaradas por aquilo que eram.

----- Parecia haver uma burocratização da situação delas, situação humana e social, que nunca conseguiria resolver o seu problema.-----

----- Por outro lado, havia toda uma sociedade que se sentia defraudada num dos aspetos que levavam a organização de uma sociedade e que era a garantia de segurança. Continuava-se a lutar por uma segurança que não existia enquanto não houvesse justiça social e muita seriedade perante problemas sérios, seriedade pautada pela humanidade.-----

----- Era do seu conhecimento pessoas que viviam no limite da carência económica, mas que



eram pessoas integradas e estavam incluídas na sociedade, tinham receio de ir à RE food por causa dos aspetos de violência. Não estava a pôr em causa a instituição, mas sim alguma disciplina que marcava o acesso à alimentação. -----

----- Eram aspetos que deviam preocupar. Sabia que a Junta tinha um especial enfoque na ação social, o que particularmente estimava. -----

----- Um apelo dizendo que da parte da CDU, tal como antes, a preocupação de reativação de uma esquadra nesse espaço territorial era uma premência. Não era por acaso que em geral, e ouviram ali vários quadrantes da sociedade, toda a gente exigia uma esquadra. -----

----- Podiam ir com estudos, com estatísticas, com superesquadradas, que isso não dizia nada ao cidadão comum, porque nada disso garantia aquilo por onde tinha começado e que era o sentimento de segurança. -----

----- Por isso compartilhava as preocupações da Junta. Procuraria pessoalmente, em termos partidários claro que teriam de ter uma posição consensual, mas particularmente apoiava o retorno da esquadra o quanto antes. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que continuavam a fazer o apelo para que cada vez houvesse mais participação, que era a única forma que tinham de conhecer mais em concreto os problemas da Freguesia. -----

----- Relativamente à intervenção do freguês Guilherme Rua, também queria agradecer ter levado esse tema. Pensava que já todas as forças políticas receberam um mail da freguesa Ana Mafra relativamente a esse tema e era intenção também do PS levar ali. Era um problema que tinha duas componentes, a social e a policial. -----

----- Obviamente que todos esses sem abrigo mereciam apoio e o seu enquadramento, tanto na área da saúde mental como na área social. Sabia-se que a Junta tinha feito um esforço nesse sentido e também apelava que a Junta de Freguesia, juntamente com as instituições que foram referidas, Santa Casa e outras associações, resolvesse os problemas que podiam ser resolvidos e outros tinham de se resolver com a polícia, que infelizmente por vezes acontecia. -----

----- Relativamente a outro tema da segurança, por vezes o Engenheiro José Marinho punha a tónica como se o PS fosse contra a esquadra e todas as outras forças políticas fossem a favor da esquadra. Sabia-se que os governos tinham outras prioridades, procuravam dentro da gestão orçamental resolver da melhor maneira, mas em fevereiro fizeram ali um debate sobre a segurança e em bom tempo, nessa altura a Polícia Municipal levou um estudo de vitimização, qual era a sensação que os fregueses das Avenidas Novas tinham relativamente a serem vítimas da insegurança na Freguesia e o resultado do estudo era que 83% dos fregueses consideravam-se seguros ou muito seguros na Freguesia das Avenidas Novas. -----

----- Admitia que essa coisa pudesse mudar e se calhar tinham de repetir esse estudo feito pela Polícia Municipal com o apoio da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Na altura tinha ficado com a ideia de que a Polícia Municipal iria mandar para cada força política esse relatório, mas acabaram por não receber e fazia um apelo ao Senhor Presidente, se eventualmente também ainda não o tivesse na sua posse, que o pudesse receber. -----

----- Nesse debate falou-se a questão das esquadras, saíram de lá todos com a sensação que se calhar não era fácil terem novamente a esquadra. O responsável da PSP que esteve lá pôs muita ênfase em meios digitais, na vigilância eletrónica, como forma de compensar a falta de recursos humanos. -----

M
L
el



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- Na Assembleia já houve recomendações e deram pareceres positivos até para algumas zonas da Freguesia serem enquadradas na vigilância eletrónica. Isso já foi aprovado para zonas da Baixa e fez-se a recomendação para o Alto do Parque. Sabia que era uma questão polémica, mas depois de ouvir as forças de segurança também tinha ficado convencido que podia ser uma das soluções, haver alguma vigilância eletrónica das ruas e que se pudessem averiguar essas situações, podendo haver uma intervenção mais rápida da polícia. -----

----- Também havia um contrato local de segurança com a Polícia Municipal, todos os contratos com a PSP, um grupo de prevenção e segurança que reunia regularmente. Tinham de ativar todos esses mecanismos e o apelo que fazia era que o Executivo fosse mais persistente junto dessas entidades, no sentido de que esses contratos fossem cumpridos. -----

----- Na informação escrita do Presidente estava a reunião do grupo de prevenção e segurança e as iniciativas que iam sendo tomadas. Tinha de se continuar por esses meios ao mesmo tempo que lutavam pela esquadra. Não eram contra, mas a questão da esquadra não resolvia os problemas na rua, se tivessem a esquadra e não houvesse homens na rua era o mesmo problema.

----- A sugestão era que o Executivo continuasse, junto com os mecanismos que já tinham e que eram manifestamente insuficientes, mas lutar para que eles se pudessem implementar na sua totalidade. -----

----- **Membro José Marinho (PSD)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que tinha gosto por todas as bancadas que ali estavam e pela figura, não levassem a mal todos os outros, da pessoa que acabou de falar, Doutor Fernando Pereira. Independentemente de muitas vezes terem quezílias políticas, mas era uma pessoa que foi acrescentar muito às Assembleias, com o conhecer, com ponderação, com a calma que no seu caso não tinha, com tudo o que levou à Assembleia. Era uma defesa da honra política e não em relação àquilo que o Membro Fernando Pereira tinha dito. -----

----- Ao dizer que o PS não acompanhava não tinha falado gratuitamente porque tinha consigo o Projeto de Resolução 1792/XIII/3. Depois de tudo aquilo que era documentação e depois de ser aprovado, foram contra Paulo Trigo Pereira do PS e Constança Urbano de Sousa do PS e abstenção de todo o PS na comissão política. Foi aprovado pelo PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN. -----

----- Na Assembleia da República foi aprovado, publicado já no Diário da República, série nº1193/III/4/2018, *“Recomenda ao Governo a reinstalação de uma esquadra da PSP na zona da Freguesia das Avenidas Novas, no Concelho de Lisboa”*. -----

----- Tal como tinha dito, era fácil ir ver no Diário da República e nessas resoluções, até ver o filme daquilo que se passou na Assembleia da República, com mais aquilo que voltava a repetir que se passou no atual mandato do Senhor Primeiro-Ministro, que foi aprovado pelo PS na casa da democracia e mais uma vez a quererem retirar inclusivamente as esquadras que já havia. -----

----- Essa era a defesa de honra política e não pessoal. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em Assembleia Municipal de Lisboa o Senhor Vereador Manuel Salgado garantiu, estava em ata, que a esquadra nunca sairia da Santos Dumont, passaria de um lado para o outro da rua. Não foi isso que aconteceu. -----

----- Entretanto, antes da esquadra sair, uma das coisas que tinha feito de imediato foi oferecer instalações para a esquadra, a cave da Junta de Freguesia, pondo-a ao serviço da Polícia da Segurança Pública e para ser instalada a esquadra, por que o Governo dizia que pagava uma renda



M
AS
led

muito elevada de três mil euros por mês no edifício da Santos Dumont.-----

----- Depois da oferta já não interessava, já não era o problema da renda, não havia desculpa e foi por isso que tinha feito a petição que foi à Assembleia da República e o Engenheiro José Marinho acabou de explicar tudo o resto.-----

----- Continuará a insistir, andavam por aí petições e o que pedia a toda a gente era que assinasse, para irem mais uma vez ver qual era a atitude do Governo.-----

----- Sobre os sem-abrigo, a Junta de Freguesia tinha uma equipa da ação social muito boa e qualificada, era das melhores equipas da ação social que existia nas Freguesias de Lisboa. Tinham feito um trabalho extraordinário, a falar permanentemente com os sem-abrigo, já conseguiram demover alguns a ir para a Santa Casa e para outros sítios, acompanhá-los. Continuavam na rua a falar com essas pessoas e logo que pudessem conseguiriam levá-los para um melhor sítio que não a rua.-----

----- Sobre o indivíduo do cão, iria mais uma vez estar atento com a polícia.-----

----- Respondendo à eleita do PCP, repetia que tinham uma equipa de ação social extraordinária, muito competente e muito profissional. A Junta de Freguesia dava um apoio enorme a pessoas com doenças mentais, pessoas carenciadas que não tinham possibilidade de comprar medicamentos, nem a renda da casa, nem luz, nem água, uma ajuda como nunca se deu. Estavam muito atentos e por isso a ação social era consigo, era um ponto de honra levar cada vez mais para a frente o apoio a todas essas pessoas que precisavam.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha dado entrada na Mesa um documento com data de 28 de fevereiro de 2022, dizendo o seguinte:-----

----- *“Exmo. Senhor Presidente Daniel Gonçalves, em sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia realizada no dia 13 de janeiro de 2022 nas instalações do Centro Sociocultural dos Serviços Sociais da Administração Pública, na Avenida Visconde de Valmor, número 76-A, foi aprovada uma recomendação apresentada pelo PSD contra o encerramento da 31ª Esquadra da PSP, com 17 votos a favor, 5 do PSD, 4 do CDS, 4 do PS, 2 da IL, 1 do CHEGA e 1 do BE e 1 abstenção do PCP, por ter na recomendação o nome do Senhor Daniel Gonçalves e da Senhora Ana Gaspar, sendo que a Assembleia que tinha menos um elemento do PS.”-----*

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** pediu a retirada do ponto 3 da ordem de trabalhos.-----

----- **Ponto 1 – Informação escrita do Presidente** (ANEXO 4);-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** fez a seguinte declaração:-----

----- *“Caros eleitos e fregueses. O rigor da gestão da Junta de Freguesia de Avenidas Novas, enquanto pedra de toque democrática da atuação do Executivo a que presido, constitui um exercício fundamental de cidadania a que todos não seremos alheios. Tal pilar enquadrador e sustentável antevê-se nestes momentos informativos, nos quais o Presidente do Executivo se revê, apresentando a imagem sucinta daquilo que de mais relevante ocorreu durante o hiato temporal a que respeita.-----*

----- *É este o novo rumo sempre refletido para, com limpidez e dentro do cronograma político definido e previsto, apresentarmos aos fregueses em geral e aos eleitos em particular o trabalho escrutinado do Executivo enquanto agente ativo do progresso e desenvolvimento social e cultural na nossa Freguesia de Avenidas Novas.-----*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- *Só assim, de forma esclarecida e ponderada, poderemos solicitar o vosso apoio às decisões, sempre numa vertente reformista, de querer fazer mais e melhor com uma gestão rigorosa, transparente e ambiciosa, procurando ir mais longe no cumprimento dos compromissos públicos assumidos perante os fregueses e os nossos concidadãos.* -----

----- *Bem-haja a todos. Muito obrigado.* -----

----- **Membro Luís Goes Pinheiro (PS)** disse que tinham uma informação escrita do Presidente e dessa vez escreveram-lhe um texto, foi simpático. Não sabia se foi o assessor do Senhor Presidente ou outro assessor que escreveu o texto para ler, demonstrando que começava pé ante pé a acompanhar a centralização de competências também na presença nessas Assembleias, a dar a cara e a explicar o que fez no último trimestre. -----

----- Estava com esperança de que o *PowerPoint* que indiciava uma informação trimestral fosse apresentado pelo assessor do Senhor Presidente e de alguma forma dar-lhes um enquadramento político relativamente àquilo que foi o último trimestre, mas não aconteceu. -----

----- Aquilo que se via da leitura da informação escrita, mesmo sem enquadramento, era que a prometida concentração no Senhor Presidente da Junta, as competências que no ano anterior se encontravam distribuídas por outros Membros do Executivo, tinha vindo a ser exercida. Essa concentração era notória no relatório e estava a ver a área das infraestruturas, das viaturas, dos equipamentos, da higiene urbana, agora também dos sistemas de informação e telecomunicações. Desconfiava que no ano anterior não estariam no Senhor Presidente e que estiveram no último trimestre, com infelicidade para o Senhor Presidente de lidar com os problemas que advinham da dificuldade de gerir uma área tão crítica isso e sensível como essa.-----

----- A expectativa que tinham em relação a todas essas áreas era que com o policiamento do assessor do Senhor Presidente, a partir da concentração desses poderes no Senhor Presidente, que eventualmente pudessem constatar nas próximas informações escritas um maior controlo, uma maior explicação e até um texto mais longo para o Senhor Presidente ler, que gostavam de o ouvir falar sobre essas coisas.-----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que tinham apelado a que essas informações escritas tivessem mais informação, que tivesse os aspetos mais pertinentes da gestão que o Senhor Presidente considerasse nesse período. Estavam a melhorar, já havia alguma introdução, mas gostaria de ver respondidas algumas questões porque tinham as notícias e não tinham a informação concreta relativamente aos temas. -----

----- A primeira era a reunião de trabalho com os CTT, referia que foram aventadas algumas soluções, mas depois não sabiam quais soluções eram essas. Nas últimas Assembleias tinham falado na eventual passagem dos CTT para o mercado e a sua questão era se houve alguma evolução nessa matéria ou não, ou se iriam perder os CTT também no Bairro de Santos ao Rêgo, se já haveria alguma novidade sobre essa matéria. -----

----- A segunda questão tinha a ver com recursos humanos. Quando aprovaram o Orçamento, uma das ênfases que foi feita pelo assessor do Senhor Presidente e pelo Senhor Presidente era que iriam tentar acabar com a precariedade, apostar mais nos contratos de trabalho e menos nas prestações de serviço. A informação que tinham era a contratação de 14 trabalhadores para a higiene urbana e também para a área de atendimento um trabalhador, na área de receção e arquivo. Continuavam a apostar na prestação de serviço e avenças, esperava que ao longo dos meses conseguissem alterar essa situação e tentar acabar tanto quanto possível com a



precariedade na Junta de Freguesia. -----

----- Outra questão era uma notícia relativamente laudatória, uma informação de que já estava reparado o elevador e tudo a funcionar, mas ultimamente estava afixado nos elevadores a dizer que qualquer responsabilidade relativamente às avarias era da Câmara, não era da Junta. Portanto, queria perguntar em que ficavam e de quem era a responsabilidade, se da Câmara ou da Junta, apesar que a Junta, tinham de reconhecer, assinou dois contratos de manutenção dos elevadores. Saber o que o Senhor Presidente pudesse dar nota, se houve negociações com a Câmara e o que poderiam esperar nos próximos tempos. Nesse dia não tinha reparado se estavam a funcionar ou não. -----

----- Havia também notícia relativamente à reunião do grupo de prevenção e segurança. O seu apelo era para receberem o relatório de vitimização, que já tinha falado há pouco relativamente a essa matéria. -----

----- Em relação à higiene urbana, também tinha a nota que foi referida pelo Guilherme Rua e tinha a ver com esse aspeto da higiene urbana naquela zona. -----

----- Nos espaços verdes, na última Assembleia o Jorge Barata disse que enviava e tinha percebido que iria enviar para as forças políticas, um relatório das podas. Fazia o apelo para que enviasse, porque na última Assembleia abordaram essa questão, nomeadamente as podas preventivas para evitar a queda de ramos, como se assistiu umas semanas atrás. -----

----- Relativamente aos CDCs de 2023, que também se referia na informação escrita do Senhor Presidente aqueles para além de 23, 24 e 25, onde estava aquele dos ecopontos com valores de 100 mil para 2023, 100 mil para 2024 e 100 mil para 2025, fazia o apelo, como tinham feito na última Assembleia, porque esse valor já ia de uns anos atrás e era insuficiente para responder à questão dos ecopontos. Era cada vez maior a dificuldade e numa altura de maior turismo via-se que os ecopontos estavam completamente cheios, até havia algumas caldeiras das árvores também cheias de lixo. -----

----- Era necessário um esforço nessa matéria e nomeadamente nesse valor da Câmara, que já ia de anos atrás e nitidamente parecia ser insuficiente. Uma recomendação para que pudessem renegociar esses valores para 2024 e 2025. Já estavam a assumir que em 2024 e 2025 seriam os mesmos 100 mil, mas recordava a necessidade de negociar com a Câmara o aumento desses valores. -----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que tinha uma declaração prévia. Ao contrário do que era habitual, a leitura da mensagem do Senhor Presidente tornou-se agradável. Estava circunstanciada, estava completa, com bom português, um prazer. Fora isso, tinha ido esmiuçar e aconteceu aquilo que se acabou de dizer, havia entradas sobre temas, mas depois a concretização não estava lá e fazia falta. -----

----- Por exemplo, o Senhor Presidente esteve presente na oitava comissão, de mobilidade, transportes e segurança, qualquer dos temas com grande peso naquilo que dizia respeito à Freguesia. Principalmente o último tema, que já abordaram há pouco e não iria falar, mas uma vez que foram duas reuniões com certeza haveria aspetos substanciais que foram abordados, com certeza foram dadas indicações do sentido em que iam e gostariam de saber em que se traduziu o resultado dessas duas reuniões. -----

----- Havia um aspeto que dizia respeito às 476 casas propostas para 2025 em renda acessível, com as quais congratulava, mas na verdade teriam de ver se era mesmo efetivo. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- Nessa rubrica era referida uma velha recomendação do PCP feita à Assembleia relativamente à existência de creches. Na altura foi demonstrada a razão dessa necessidade e, como felizmente parecia haver um acréscimo de nascimentos, mais que nunca se devia pensar com seriedade essa questão da creche. Portanto, pedia ao Executivo da Junta, nomeadamente ao Senhor Presidente, que insistisse para a necessidade porque inclusive as pessoas da classe média não estavam a ter capacidade financeira para suportar as próprias creches. -----

----- Havia situações de menos cuidado com as crianças que não deviam existir e deviam ser cada vez mais acarinhadas. -----

----- Sobre a questão dos CTT, queriam saber como se estaria a delinear a solução. Era uma exigência, um serviço público e tinham pena que tivesse sido vendido a empresários chineses, mas não deixava de ser uma das instituições estruturantes do País e particularmente estando situado no Bairro do Rego, uma zona da Freguesia onde havia carências enormes de serviços sociais e onde os CTT eram imprescindíveis. -----

----- Entrava no capítulo mais difícil, já foi reforçado pelo PS e não poderia deixar de frisar a questão do tipo de contratos que eram adiantados nesse texto, avançados para a higiene urbana, eram 14 operacionais. O estado das ruas, conforme o PCP alertou na última Assembleia, apresentava graves deficiências. Eram 14 profissionais muito bem-vindos, mas avançados. Perguntou porque não a abertura de um contrato público, justificar-se-ia certamente, sendo que os contratos públicos exigiam critérios de seriedade na contratação. Eram esses critérios pelos quais continuariam a lutar. -----

----- Em relação ao elevador lamentava dizer, mas já esteve melhor e já voltou a estar pior. Ainda no dia anterior os dois elevadores estavam avariados, ao fim da tarde já era só um, mas era insuficiente, dada a situação de isolamento a que aquela zona da Freguesia estava votada. -----

----- A Praça Nuno Gonçalves, em boa hora tinha sido requalificada. Havia erros de conceção de engenharia que foram corrigidos e apresentava-se em boas condições. No entanto, estava ali um quiosque a que voltavam a insistir que devia ser dada utilidade. Sabiam existirem problemas com o tipo de utilização para aquele quiosque, não podiam ser vendidas bebidas alcoólicas junto a uma escola, mas havia outras soluções, havia sumos, pastelaria variada, sandes de produtos frescos e naturais. Não lhe parecia que esse fosse um óbice que devesse preponderar na solução daquele quiosque. -----

----- Havia sempre a venda de revistas e jornais e essas coisas, haveria certamente uma utilidade interessante. A praça dignificava aquela zona da Freguesia e era uma pena estar inútil. -----

----- Estava previsto para a rega das árvores novas em caldeira um ajuste direto para os próximos cinco anos e voltava novamente ao ponto de ordem, porquê um ajuste direto, se justificava. Era para os próximos cinco anos, dava muito tempo para fazer um concurso público. -----

----- A deservagem era um problema efetivo, porque desde que o glifosato em boa hora foi proibido de facto a resolução do crescimento das ervas tornou-se mais difícil e implicava necessariamente o uso da força e habilidade humana. Sabia que eles atuavam bem, já os tinha visto trabalhar, mas três elementos apenas eram muito pouco para uma Freguesia enorme, ia desde o Marquês de Pombal até à estátua peninsular. -----

----- Estava prevista uma segunda equipa durante três meses e queria saber se eram os mesmos três elementos. Sabia que o custo da força de trabalho era importante, tinha de ser medido com cautela, mas se calhar justificava. Não dizia qual era o tipo de contrato, se havia concurso público



ou não. Presumia que pelo curto tempo seria um contrato temporário, mas não era dito. -----

----- Sobre a escola básica de São Sebastião da Pedreira, não se sabia o estado da instalação, se mantinham nas instalações da Marquesa de Alorna ou se o edifício já foi recuperado e regressou a São Sebastião da Pedreira. Era uma coisa que gostaria de saber. -----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que ia fazer de Adão e Silva. A informação escrita do Senhor Presidente tinha coisas hilariantes também. Tivera oportunidade de falar com o Senhor Presidente e nenhum Vogal, por muito mau que fosse, merecia ter um pelouro que ali estava. Era feio demais, era mau demais, era caracterizado mau demais. Na redistribuição que teve de haver dos setores e dos trabalhos atribuídos a cada Vogal do Executivo, de facto o Presidente Daniel Gonçalves parecia o Primeiro-Ministro. Não sabia se o ordenado dele aumentou, mas tinha muitas pastas para tratar e muitos setores, pelo que teria de ter muita gente a trabalhar com ele. -

----- Não podia ser só “papaguear”, como às vezes se via na televisão e defendiam as pastas todas, mas depois se fossem ao pormenor nas pastas todas não respondiam por elas, porque era impossível saber se tanto, era impossível dominar de fio a pavio tudo. -----

----- A distribuição, independentemente do número de setores que cada um tinha, havia um que para si era feio demais e ninguém merecia ter. A Vogal Cristina Maria Fernandes Duarte Martins, à parte de outras coisas, que tinha ali um dos setores que era e higiene e limpeza das instalações. Por favor, alterassem isso, porque não lembrava ao “diabo”. -----

----- Higiene e limpeza das instalações nem era preciso sequer falar nela, fazia parte da higiene urbana e de toda a Junta. Se estivesse metida no setor da saúde, esse compreendia tudo, tinha parte de higiene, tinha a parte da salubridade, tinha parte de tudo, mas uma Vogal com higiene e limpeza das instalações parecia a encarregada da limpeza. Era um termo que pedia encarecidamente ao Executivo, não era um termo que se apresentasse numa remodelação de funções. -----

----- Em relação a tudo o resto, continuava a dizer que o Senhor Presidente pecava demais por dar uma informação tão completa, o que depois levantava muitas dúvidas. -----

----- Sobre a Praça Nuno Gonçalves tinha a dizer uma coisa, porque estava desde o primeiro dia e tinha colaborado com a Senhora Presidente Ana Gaspar, tinha um problema na vista por causa do alcatrão e das obras que lá andaram ultimamente, ou não ficava alcatroado naquele dia. O problema ali não era o quiosque e venda de bebidas, o problema prendia-se com não estar ainda estudo aprovado. -----

----- A Praça Nuno Gonçalves era uma ilha com 14 lugares de estacionamento que não estavam sequer a ser intervencionados pela EMEL, porque estava ainda ilegal a situação da obra e a situação de estacionamento e regulamento, que só depois de aprovado iriam os 12 lugares junto à Elítica e os 2 junto ao cabeleireiro ser taxados com pagamento. -----

----- A parte de projeto, tanto quanto sabia e tinha acompanhado, estivera nas reuniões como representante da Freguesia, prendia-se só e exclusivamente porque ainda não havia a aprovação total da E-Redes em relação ao fornecimento de energia. O quiosque não podia abrir porque não tinha energia, nem a rede de águas estava completa. Havia situações que já foram alteradas outra vez porque a E-Redes não permitia que continuassem como estavam. Portanto, o grande problema ali prendia-se com a parte da aprovação. -----

----- **Vogal do Executivo Jorge Barata** disse que em relação aos elevadores, se a responsabilidade era da Junta ou da Câmara, nesse momento a responsabilidade era da Câmara,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

que não houvesse dúvida nesse aspeto. A Junta de Freguesia tinha feito um esforço muito grande para manter o funcionamento dos elevadores, para as pessoas com mobilidade reduzida fazerem o atravessamento para o outro lado da Freguesia. Essa responsabilidade atualmente era da Câmara Municipal de Lisboa, mas a Junta não podia deixar os fregueses sem os elevadores a funcionar. -----

----- Ainda nessa semana houve uma reunião nos Paços do Concelho, onde foi abordado o CDC para a manutenção e a vigilância, porque era esse o grave problema dos elevadores. A dificuldade para o bom funcionamento dos elevadores era a falta de vigilância noturna, que foi tirada no Executivo anterior. Seria sempre o maior problema, enquanto não se tivesse a vigilância 24 horas por dia. -----

----- A Junta estava a solicitar à Câmara que lhe desse a verba necessária para manter a vigilância durante 24 horas aos elevadores, porque a manutenção já a tinham e para isso existiam os tais contratos de manutenção dos elevadores. Era uma responsabilidade da Câmara e estavam a negociar com a Câmara para que dessem essa verba. -----

----- Quanto ao quiosque da Praça Nuno Gonçalves, o Engenheiro José Marinho referiu muito bem o que se passava. -----

----- Já tinha dito na Assembleia e voltava a repetir, achava que tinha sido uma irresponsabilidade do anterior Executivo elaborar um contrato, porque o quiosque tinha um contrato de concessão feito. Ele só não abriu porque o contrato foi feito sem qualquer ligação de eletricidade e de água. O anterior Executivo elaborou um contrato sem as bases para um quiosque funcionar, pôr esse contrato a ser executado quinze dias depois da assinatura, ainda em outubro de 2021 e sem nada aprovado pela E-Redes, pela companhia das águas, por tudo. -----

----- Não estava nada legal e tiveram de legalizar toda a sustentação para um quiosque funcionar, porque não era só meter ali um caixote e começar a vender chocolates ou bifanas. Todos sabiam como funcionava a E-Redes, que era o mais difícil, mas sabia que estava para breve o início da abertura desse quiosque. -----

----- O Executivo tinha feito tudo para abrir o quiosque, mas dentro da legalidade. Estava uma praça lindíssima, mas faltava o quiosque, fechado ia fazer tanta falta a quem usufruía daquela praça. A responsabilidade do quiosque estar fechado não era do Executivo que, pelo contrário, tinha feito tudo para abrir esse mesmo quiosque. -----

----- Quanto à deservagem, de momento não tinham 3 elementos, estavam com 6 elementos e mais 3 elementos da higiene urbana, eram 9 elementos a fazer a deservagem na Freguesia. Era uma equipa razoável e por aquilo que tinha observado, olhando para outras Freguesias vizinhas, achava que não estavam assim tão mal. Era muito difícil manter a deservagem, porque ela crescia rapidamente e só com a força humana, ainda que tivessem uma equipa de 15 elementos seria difícil, mas isso era caro e acrescia muitos custos. Com aquilo que tinham estavam a trabalhar bem. -----

----- Voltando à questão das podas, elas foram feitas em abril e maio e voltariam a ser feitas no final do ano. Pedia desculpa por não ter feito chegar esse relatório, tinha estado de férias, devia fazer chegar esse relatório o mais rápido possível. -----

----- **A Senhora Tesoureira do Executivo** disse que os CTT não iriam sair do bairro, isso era um ponto assente. Tiveram reuniões com a direção dos CTT, o Senhor Presidente disponibilizou um espaço no mercado para assegurar o posto de atendimento. O que de momento estava



pendente era a Câmara ter possibilidade de os manter no sítio onde estavam efetivamente, apenas o posto de atendimento. Acontecia que ainda não estava decidido se essa permanência iria ser permanente ou temporária. O que os CTT diziam era que se fosse temporária eles optavam por passar a loja para o mercado, para um espaço que lhes iriam disponibilizar. Se a atribuição do espaço fosse de carácter definitivo eles mantinham a loja no sítio onde estava. -----

----- Os CTT não iam fechar no bairro e ficava só por parte da Câmara dizer se lhes dava aquele espaço eternamente ou não. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse para ficar em ata essa intervenção, porque havia um compromisso por parte dos CTT em se manterem no Bairro de Santos, até mesmo para memória futura. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, sobre a escola de São Sebastião, estava a ser revista a carta educativa e seria depois construída uma escola com creche na Rua Luís de Noronha. -----

----- Em relação à intervenção do Membro Luís Goes Pinheiro era muito sincero, tinha ficado emocionadíssimo com a intervenção, só não tinha chorado porque não conseguia deitar lágrimas. Agradecia a excelente intervenção, tinha gostado muito. -----

----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que ia fazer uma apresentação de *PowerPoint*, iria satisfazer a ansiedade. -----

----- Havia uma série de situações que foram levantadas nas últimas três Assembleias que convinha esclarecer e que também convinha culminar na resposta cabal... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que só queria deixar uma nota antes da intervenção do assessor do Senhor Presidente. -----

----- Estavam a discutir a informação escrita do Senhor Presidente por tudo aquilo que se passou na última Assembleia de Freguesia, em que foi indicado que houve um problema informático grave na Junta de Freguesia e impossibilitou que esse documento e aquele que iriam discutir no ponto 2 fossem discutidos na Assembleia ordinária. -----

----- Queria deixar isso bem claro para que fosse registado em ata, que estavam a discutir esses documentos na presente reunião por motivos de força maior e que tiveram a ver com o ataque informático que a Junta sofreu. -----

----- **O assessor do Senhor Presidente** perguntou se as várias questões que foram levantadas pelos eleitos não se respondiam. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que era só um ponto de ordem, apenas para registar que estavam a discutir na presente reunião a informação trimestral porque na anterior Assembleia foi comunicado pelo Executivo que houve um ataque informático na Junta. Era apenas e só uma nota para constar em ata. Devia ter feito no início do ponto e só queria registar para memória futura. -----

----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que havia uma frase da Membro Isabel Varão em que teceu um considerando, mas não terminou a frase. Quando estava a falar em contratação referiu os critérios de seriedade e quando não terminavam as frases isso podia levar a um espírito muito criativo, a imaginação podia ser diabólica. -----

----- Sobre a informação trimestral, era a continuação da anterior e não sofreu grandes alterações, a não ser a pedido de vários eleitos sobre alguma transparência e informação relativamente aos



contratos de delegação de competências que não existiam e passaram a existir.-----
----- Estavam a fechar e a estimativa de derrapagem não chegava a 1% no final do ano. -----
----- Sobre os CDCs convinha relevar que a otimização das infraestruturas, os tais afamados 350 mil euros eram para esse ano e para os outros anos haveria reforço, haveria CDC, só não sabiam o valor. Estava dito no próprio contrato de delegação de competências. -----
----- A recolha de resíduos era 100 mil e isso já estava assente, não havia mais nenhuma alteração.
----- Na última linha era a distribuição da disponibilidade para os CDCs que foram aprovados.--
----- Da última vez falou-se em lição e não lição e ficara sem perceber o que se pretendia com isso. Havia complicações em termos de perceber quando poderiam usar os CDCs porque ainda havia algumas dúvidas. Falavam muito nos CDCs, mas sabiam pouco quando os poderiam usar, em que momento a partir do qual tinham essa disponibilidade. -----
----- Nunca ninguém pôs em questão que a autoridade para a celebração dos CDCs era a Assembleia de Freguesia, que autorizava, mas criava uma situação porque já tinham recebido a receita e inclusive com a orientação do Tribunal de Contas e colocou-se no Orçamento. Não deixava de ser legal, era uma mudança que surgiu em 2002 e que antes nem era nesses moldes, só com o valor efetivamente recebido se poderia colocar em Orçamento. Os dois CDCs que colocaram estavam bem colocados, de acordo com o Tribunal de Contas. -----
----- Os CDCs entraram em fevereiro na Junta, era receita efetiva em fevereiro. Podiam pôr em questão quando eram aprovados e quando eram assinados, mas o dinheiro entrou em fevereiro.-
----- Sobre a revisão orçamental, já estava a distribuição feita pelos vários CDCs. -----
----- (diálogos cruzados) -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que o ponto 2 seria discutido a seguir e quando entrassem no ponto 2, então sim faria sentido. Uma alteração orçamental implicava uma mexida no Orçamento, que dizia respeito à vida da Freguesia e ao exercício da Junta, pelo que era completamente abrangente a nível de temas. Poderia aí ser colocada a intervenção nessa área. --
----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que então passava à higiene urbana, uma vez que o PCP na última Assembleia apresentou duas páginas A4, uma com considerandos e outra com perguntas. Iria tentar responder a essas perguntas e utilizando a mesma abordagem do PCP iria fazer considerações. -----
----- Considerando que o Orçamento foi colocado à apreciação da Assembleia em 16 de dezembro de 2022, foi reprovado com a ajuda do PCP. -----
----- Considerando que a higiene urbana tinha uma divisão de competência entre a Câmara e a Junta. Apontar sempre a “espingarda” à Junta, era preciso saber qual o enquadramento e em que momento a Junta entrava nisso. -----
----- Depois considerando que as pessoas deixavam o lixo em todo o lado e isso não era competência da Junta. -----
----- Considerando que era a Câmara Municipal que fechava os ecopontos e os geria, que não fazia a recolha, não era competência da Junta. -----
----- Considerando que isso era um caso de polícia quando a Câmara não recolhia o lixo e que a Membro do PCP evidenciou. -----
----- Considerando que não podiam tirar as pessoas sem-abrigo do sítio, tinha de ser coordenado



com outras entidades para os conseguir desalojar e depois conseguir proceder à limpeza. À imagem da RE food, a Câmara passava, limpava e a seguir colocavam lá mais e a Câmara não conseguia dar conta do recado. -----

----- Considerando que deixaram de usar o herbicida e por isso a situação que se estava a viver nesse momento. -----

----- Considerando que era a limpeza que a Câmara muitas vezes fazia e a Junta ia atrás limpar. Não devia, mas ia atrás limpar por causa dessas situações. -----

----- Na última Assembleia a eleita do PCP levantou um conjunto de críticas sem um quadro de referência. Foram críticas e críticas, perguntas e perguntas, mas não havia um quadro de referência como se acabou de fazer agora. -----

----- O valor de 873 mil euros gastaram no ano passado com 49 elementos em média só na higiene urbana. O plano do pessoal era pessoal do quadro, eram os elementos que existiam a trabalhar na higiene urbana e o respetivo valor. -----

----- Com a reprovação do Orçamento deixaram de existir 20 vagas. Na segunda versão, que foi aprovada, tinha lá zero vagas, continuavam com os 10 prestadores de serviço, 32 elementos do quadro. Com a injeção do saldo de gerência iriam tentar atingir os 59, garantir os 44 que estavam no quadro orgânico, de momento a higiene urbana estava com 45. -----

----- Rapidamente conseguiam contratar através da prestação de serviço, mas se perdiam três meses com a reprovação do Orçamento tinham de assumir três meses de derrapagem para ajustar os elementos. Não se conseguia contratar elementos de um momento para o outro e ainda por cima com as oscilações de entradas e saídas que havia nessa matéria. -----

----- Falava-se muitos nos CDCs, mas o CDC não permitia o lugar no quadro, não era um financiamento estruturante e o pessoal do quadro tinha de ser financiado com financiamento estruturante. -----

----- As quantias avultadas não eram assim tão avultadas quando estavam a falar desse valor e iriam ser usadas na higiene urbana, mas só podiam ser usadas a partir da presente reunião se a revisão fosse aprovada. Se a Junta estivesse à espera de que a revisão fosse aprovada ainda tinham menos elementos a trabalhar, a situação ainda era mais caótica. -----

----- As reclamações eram todas registadas e iam recorrentemente fazer o trabalho que devia ser da Câmara, a Junta fazia mesmo com os poucos recursos que tinha. Havia um sistema implementado de receção de reclamações, a Junta sabia todas as reclamações. A reclamação chegava ao serviço geral, era direcionada para o respetivo setor, que atuava se fosse sua responsabilidade. A Câmara recebia todas as reclamações, inclusive com resolução da Junta. ---

----- Falando em estatística, tinham cerca de 52%, foram 84 reclamações recebidas desde o dia um do ano, 49% eram da Câmara e uma grande percentagem era a Junta que resolvia. -----

----- Existiam planos, falou-se em cronograma, falou-se em planeamento, eram os planos que existiam com os elementos afetos, mas era preciso ter recursos. Se tivessem começado em janeiro já estariam noutro ponto. Os planos eram dia a dia, eram feitos numa periodicidade mensal com a respetiva alocação de pessoas por cantões. -----

----- Os planos de limpeza não satisfiziam e queriam mais, mas de momento não podiam fazer mais. Enquanto não pusessem mais pessoas não conseguiam fazer mais. Os concursos iriam ser abertos, mas iam existir sempre precários, enquanto os CDCs não passassem a estruturantes

Handwritten signature or initials in blue ink.



haveria sempre precários. Os CDCs eram temporários, quando passasse a financiamento estruturante iriam abrir vagas permanentes, mas não era preciso ser só precário para passar a permanente, era preciso desempenhar a função. -----

----- Quanto à recolha dos sacos, se houvesse um ecoponto fechado fazia cinco a seis voltas para recolher sacos, se tivesse um ecoponto a funcionar fazia no máximo duas voltas. Isso eram factos.

----- Nos espaços verdes fez-se concurso público para 12 meses, foi contemplada por uma equipa de deservagem. Era verdade que foi mal medido, porque deixaram de ter herbicida e não mediram essas consequências. De momento estavam três equipas a funcionar, porque chegaram à conclusão que tinham 17 hectares para deservar e sem herbicida tinham de cortar de quinze em quinze dias. Uma equipa de três pessoas em permanência só tinha capacidade de trabalho quinze dias, porque ao final de quinze dias tinha de voltar ao início. Eram 66 dias de trabalho para fazer a deservagem na área total da responsabilidade da Junta, se 2023 tinha 250 dias úteis precisava de quatro a cinco equipas para garantir isso. -----

----- Falou-se nas desinfestações, que não era da responsabilidade da Junta, mas estava ali o que foi feito no primeiro semestre... -----

----- Respondendo a um aparte disse que se os dados não eram verdade teriam de reportar à Câmara, não se atrevia a dizer essa situação. -----

----- Deixava ficar essa frase, que se chumbaram o Orçamento foram ao ar 20 lugares e tinham que aguentar três meses atrás. Portanto, achava que o PCP contribuiu para isso. -----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que o empolgamento do Senhor assessor do Senhor Presidente falava por si. -----

----- O PCP, ao fazer as críticas que fez, baseou-se na realidade, naquilo que observou através dos seus elementos. Também funcionavam em equipa e iam sempre observando, falando com muita gente. -----

----- Levantou-se a questão das reclamações partindo do pressuposto de que apenas as reclamações recebidas pela Junta eram as que existiam, mas não eram. Provavelmente não havia reclamações formalizadas na Junta de pessoas que iam ter com o PCP diretamente ou por via eletrónica. -----

----- Como tinha referido no papel que foi entregue, essas realidades eram insofismáveis, eram constatadas. -----

----- Depois iam-lhe dizer que havia uns considerandos e umas perguntas. Aquilo que se pretendia era que sem *frisson* essas perguntas fossem respondidas com uma atitude construtiva, mas a argumentação que foi utilizada era que a culpa do estado caótico a que chegou a limpeza urbana na Freguesia, pelos vistos grande parte foi culpa do PCP por que não contribuiu com um sim quase obrigatório ao Orçamento. -----

----- Não funcionavam assim, analisavam e procuravam ir com calma ao fundo das questões. Não lhes agradou o Orçamento que foi apresentado e tinham toda a legitimidade democrática para dizer não, assim como disseram e justificando esse não. O Orçamento estava mal construído, havia questões que estavam ali e não tinham cabimento, não tinham uma harmonia interna e como tal a solução que encontraram foi dizer não àquele Orçamento, tanto que ele foi reformulado. Se realmente não estivessem com a razão ele nem sequer seria reformulado. -----

----- Os elementos que tinham apresentado nos considerandos, eram elementos recolhidos na



M
B
CP

própria documentação que a Junta forneceu. Não podiam estar a repescar situações do mandato anterior, porque o que estava em análise era o presente mandato que não um mandato anterior. -

----- Só tinha havido um erro da sua parte, que foram os recursos humanos alocados ao tratamento dos resíduos urbanos. Não fizeram bem as contas e pelos dados que foram fornecidos pela Junta eram 33 na altura em que esse documento foi feito, que foi completado na véspera da sessão ordinária da Assembleia. Nessa altura eram 33 elementos. -----

----- Depois a questão que provocou algum *frisson*, a deservagem. Tinham consciência e já referiram isso, desde que não fossem utilizados elementos químicos e até referiram o *round-up*, o glifosato, tinha de haver uma aposta maior em recursos humanos e também referiram isso. Não era novidade e não lhes davam lição nenhuma. -----

----- Consideravam sim as verbas avultadas para a modéstia que eram as verbas em geral propiciadas às Juntas de Freguesia, tendo em atenção que os contratos estabelecidos com as Juntas mais não eram do que uma forma encapotada de resolver um problema que a Câmara Municipal entendeu livrar-se. Naturalmente que continuariam a levar esse assunto à baila. -----

----- Sobre os contratos não serem permanentes, relembra que foi feito um esforço legislativo e em que certamente o PSD teve o seu papel, no sentido de diminuir drasticamente a precariedade. Chamava-se o movimento legislativo PREVPAP, um conjunto de legislação. Esse esforço legislativo em boa hora surgiu e foi levado à prática, deu muito trabalho à Junta e conseguiu-se uma situação mais clarificada, mais transparente. Era nesse sentido que abririam sempre a boca, queriam as situações o mais transparentes possível. -----

----- Não estava a dizer que não pudesse haver em emergência, em situações imprevisíveis, o recurso a contratos temporários. Se houvesse inundações, se houvesse uma catástrofe qualquer, claro que se tinha de recorrer a esse tipo, mas em situações que se prolongavam no tempo não entendia a razão de não se criarem postos de trabalho permanentes, como seria lógico. -----

----- **Membro Luís Goes Pinheiro (PS)** disse que depois de ouvir a intervenção do Senhor Presidente da Junta, em que dizia ter vontade de chorar depois de ouvir a sua intervenção, até ia procurar reforçar essa vontade de lhe provocar o choro, mas era um choro de alegria, até de algum reconhecimento porque ia dizer uma coisa boa. Ia dizer que, ao contrário do que muitas vezes era forçado ali a fazer, havia um facto na informação escrita que não estava suficientemente detalhado e que era o excelente trabalho que tinha sido feito pela Vogal da Junta de Freguesia na área da educação e que não queria deixar de sublinhar ali em primeira mão o excelente trabalho que tinha sido feito. -----

----- Com Membros no Executivo da qualidade da Senhora Vogal responsável por essa área, entristecia que entregasse o combate político e a defesa daquilo que era feito na Junta de Freguesia ao assessor que o Senhor Presidente da Junta escolhera para colaborar consigo. -----

----- O que assistiram ali, provavelmente algo que não esperava alguma vez ver nessas reuniões, foi um debate político encabeçado por um assessor, que dialogava com a oposição criticando, ameaçando e inclusivamente dizendo que em resultado do legítimo chumbo do Orçamento, chumbado por razões amplamente explicitadas e que levou inclusivamente à melhoria do documento final e era o Orçamento que regulava a despesa da Freguesia, foram forçados a ouvir do assessor que trabalhava com o Senhor Presidente a seguinte frase: -----

----- “Chumbaram o Orçamento e por isso levam com o lixo e com erva na Freguesia, porque legitimamente chumbaram o Orçamento, mas não o deviam ter feito.” -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- Esse tipo de ameaças, que até conseguiria compreender se fossem feitas por quem representava o Executivo e que usando de alguma vontade de despotismo muitas vezes ali verificaram noutras alturas, seria triste, mas não surpreendente. Indo da parte de um assessor parecia que o atual Presidente da Junta arranhou alguém para travar o debate político, provavelmente da forma nem sequer mais elegante e que o obrigava a ir ali não só dizer bem, como tinha vontade de fazer e fizera, mas também manifestar tristeza por aquilo a que tinha assistido. -----

----- Não queria deixar de dizer em nome do Partido Socialista que jamais o PS se sentiria coagido a aprovar o que fosse na Assembleia, perante ameaças de prejudicar o dia a dia dos fregueses da Freguesia com lixo, com ervas, com aquilo que fosse. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que o Membro Luís Goes Pinheiro já referiu aquilo que havia a referir sobre essa intervenção. Tinha ficado um pouco estonteado, mas queria referir mais uma coisa. -----

----- O Orçamento foi reprovado em dezembro e foi aprovado em março. Quando o assessor do Senhor Presidente dizia que em julho iria lançar os concursos, então não foi com certeza a reprovação do Orçamento que perturbou a questão da higiene urbana e da recolha. Se estiveram de março até julho para fazer o trabalho depois da aprovação do Orçamento, sabendo que sendo o Orçamento reprovado podiam funcionar em duodécimos, tinham todas as condições para continuar a operar com o Orçamento em duodécimos e que até era superior ao inicial que foi aprovado. Estariam a trabalhar com um Orçamento de sete ou oito milhões, quando o Orçamento inicial aprovado foi de cinco milhões. -----

----- Relativamente ao elevador, queria recordar que no anterior mandato havia um CDC com a Câmara Municipal de Lisboa para os elevadores. Esse CDC contemplava a vigilância, tinham vigilância 24 horas e pensava que aquilo terminou porque terminou o CDC com a Câmara Municipal. Era isso que queria frisar. -----

----- **Membro Ana Gonzalez (CHEGA)** começou por pedir desculpa por se calhar estar um bocado fora do contexto, mas tinha estado a ver e ficara um pouco com a “pulga atrás da orelha” porque estavam sinalizados apenas seis sem-abrigo e o Senhor Presidente falou em nove. De momento seis existiam ao pé da igreja, seis ou mais, porque conhecia e costumava falar com eles para saber o que se passava. O partido estava muito interessado em saber o que se passava com essa gente. -----

----- Uma vez que iam fazer um apoio à empregabilidade, saber se seria possível ajudar esses sem-abrigo, arranjar-lhes emprego nesses lugares vagos que havia na Junta de Freguesia. -----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que como família política que eram, independentemente de todos os credos que ali estavam, ver se conseguiam apaziguar as águas, para que os remos não tivessem de fazer muita força. -----

----- O Membro Luís Goes Pinheiro tinha toda a razão naquilo que disse, não lhe tirava e até lhe ia dizer que dentro de casa já tivera o cuidado de referir ao Senhor assessor do Senhor Presidente e ao Senhor Presidente para não responder diretamente aos políticos. Era falta de traquejo do assessor do Senhor Presidente, que nunca se viu envolvido na política. Tudo o que disse era verdade, não podia era ser com o pescoço virado para ali e falar dos políticos. -----

----- A caracterização que foi feita sobre tudo aquilo que foi dito, desde a higiene urbana às contratações, era tudo verdade. -----



M
AS
20

----- Devia estar sempre a falar para a cara do Senhor Presidente e estava a falar para toda a Assembleia, era assim que mandavam as regras. Estavam ali e falavam para toda a gente quando o dever era estarem a falar para o Senhor Presidente da Assembleia. Não estava a passar lições a ninguém, mas era essa a grande verdade. -----

----- Havia uma coisa importante, era um indivíduo que se calhar se metia demais nas coisas e na política, porque só quisera fazer toda a sua vida política autárquica, nunca quis entrar e mais fosse do que fosse, não só com o seu passado profissional e académico como também na sua própria vida pessoal. A situação era que cada um fazia aquilo que queria, ou para onde podia ir.

----- Ao assessor do Senhor Presidente faltou dizer ali uma coisa. Nas contratações, não via em alguma empresa que isso acontecesse e muito menos numa Junta de Freguesia que estava a lidar com dinheiros públicos, o dinheiro de todos, tinha de recorrer à Lei e não podia só por si contratar fosse quem fosse para os quadros. -----

----- Sabia e todos os eleitos deviam saber, porque acompanhava a Freguesia, metia-se no carro e andava a pé, a Freguesia para si não era só o seu querido Bairro Santos ao Rego e que sentia 24 horas por dia, era a Freguesia toda. Via e ouvia, sabia que dessas pessoas todas que foram contratualizadas para a higiene urbana, se calhar metade não podia ficar porque eram pessoas que não tinham capacidade. Algumas dessas pessoas, que as mandassem para o cantão A e dizer qual era a rua, no dia a seguir já não sabiam qual era a rua, perdiam-se com a vassoura na mão e tinham de andar à procura deles, mas era o que aparecia para trabalhar. Eles não sabiam sequer locomover, por mais ensinados que fossem. -----

----- De facto os ordenados também não eram grandes, os ordenados eram aquilo que se sabia e ainda por cima com recibos verdes. Não se podia querer “galinha gorda com pouco dinheiro”, mas a verdade era que as contratações eram assim mesmo. -----

----- O Doutor referia que não se pôde fazer nada porque tiveram o Orçamento reprovado. Não dizia que o Orçamento foi mal reprovado, foi bem reprovado, porque de facto havia matéria que não estava plasmada no Orçamento, mas podiam ter negociado e politicamente não houve essa nobreza. -----

----- Numa das últimas Assembleias tinha negociado a situação por causa dos CDCs que o assessor do Senhor Presidente disse que estavam dentro da Lei, que estavam na incorporação do saldo anterior, que retirassem porque não havia perigo algum, os CDCs que não tinham sido erradamente levados a reunião do Executivo, embora tivesse sido na revisão orçamental com o saldo de gerência anterior. Aprovaram o saldo de gerência anterior para que a Junta pudesse trabalhar. -----

----- Tudo isso, em matéria de trabalho e de facto, com mais asneira ou menos asneira, com mais palavra ou menos palavra, desde que fosse falado e ouvido e que se entrasse por bases certas, concretas e honestas, conseguia-se fazer. -----

----- Pedia ao assessor do Senhor Presidente o favor, porque no seu caso fazia parte da família do PSD que estava a governar a Junta, não havia dúvida nenhuma que era um grande técnico e estava visto que dominava completamente, mas que as respostas fossem feitas de acordo com aquilo que era o conteúdo do que tinha de ser dito. -----

----- Para respostas políticas estava ali com os Membros da Assembleia, para darem uns aos outros e depois de saírem dali cumprimentavam-se e iam todos beber um café. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já tiveram sem-abrigo a trabalhar na higiene



urbana, só que infelizmente passados dois ou três meses foram embora. -----

----- Todos os dias quando ia almoçar, ou quando ia para o outro lado da Avenida da República, passava por eles e falava com eles, dava-lhes uma moedinha. Já tinha mandado pelo menos dois irem à Junta falar com a assistente social para ver se conseguiam empregar, mas infelizmente não se conseguiu. -----

----- Como tinha dito e repetia, havia uma excelente equipa de ação social que estava permanentemente no campo para os ajudar. -----

----- Em relação ao membro Luís Goes Pinheiro não valia a pena, porque percebia. Tinha recebido uma mensagem do além para não responder e cumpria o além. O além tinha dito para não responder porque depois ainda era pior. -----

----- **Ponto 2 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a 2.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2023 – Proposta n.º 03/PRES-TSC/2023 (ANEXO 5);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha gostado muito das palavras do Engenheiro José Marinho, que o seu assessor era muito competente e dominava os assuntos. Era verdade e por isso mesmo mais uma vez o chamava ao palco para poder falar sobre essa matéria. -----

----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que ia tentar virar para o Senhor Presidente, para não cometer mais nenhuma falha e não ferir a sensibilidade de ninguém. -----

----- Sobre a segunda revisão orçamental, como tinham conhecimento dos documentos, estava espelhada toda a distribuição dos 583 mil euros que iam ter esse ano, mais uns CDCs que iam entrar efetivamente em vigor e iriam poder usá-los para fazer a contratação. -----

----- A anulação que fizeram de 950 euros foi porque na realidade houve um lapso na prestação de contas. Havia a questão orçamental e a questão de operações de tesouraria e quando fizeram a passagem foi pelo total do saldo de gerência, incluindo as operações de tesouraria no Orçamento. -----

----- Isso depois levou a uma questão, que em abono da transparência e do escrutínio almejado por todos o Tribunal de Contas criou-lhes dois momentos. Criou um momento em que a Assembleia de Freguesia recebeu a documentação em 26 de maio de 2023, em que foi aprovada a prestação de contas e em 14 de junho já tinham uma notificação do Tribunal de Contas a falar de dois assuntos, do erro grave dos 950 euros que passaram como operações de tesouraria e para esclarecerem a questão dos reforços orçamentais, dos 40 mil euros e mais 8 mil euros. -----

----- A Junta, a bem da verdade, esclareceu que sim, que tinham errado na passagem do saldo. --

----- Tinha sido mesmo um erro, porque no documento fornecido da prestação de contas estava lá explícita a diferença dos 950 euros. Esse erro foi esclarecido junto do Tribunal de Contas. ----

----- Sobre os reforços orçamentais também foi esclarecido ao Tribunal de Contas. Eles perguntavam a razão de colocarem os reforços, em virtude da celeuma que foi levantada nessa Assembleia. Esclareceram o Tribunal de Contas à luz da própria legislação que foi indicada pelo tribunal, que a receita efetiva desses valores tinha sido em fevereiro. Portanto, dentro da legislação apontada pelo Tribunal de Contas estariam corretamente a incluir isso em Orçamento. Esse foi o primeiro momento do Tribunal de Contas. -----

----- O segundo momento do Tribunal de Contas, a propósito dessa questão da revisão e da prestação de contas, foi lhes comunicar que tinha havido uma denúncia grave sobre a falta de vários documentos, vários mapas e especialmente um que se chamava acumulação de funções. -



h
HB
ew

----- Tinham ido verificar e na realidade não foi enviado esse mapa, mas toda a documentação que suportava esse mapa existia. Já refizeram o mapa, já enviaram para o Tribunal de Contas e não só o mapa, mas toda a documentação que o suportava para cabal esclarecimento. Depois foram ver na realidade a falha, foram à última instrução do Tribunal de Contas, que era de 2019, e falharam porque quando confrontados com contas anteriores também não foram os documentos para o Tribunal de Contas, mas aí não foi tão incentivado com uma denúncia dessas para ir ver as contas. -----

----- Reparou-se que no mapa faltou por esses quatro elementos. O mapa já estava no Tribunal de Contas, mas sobejamente sustentado com todas as autorizações legais que eram necessárias.

----- Depois tinham ido ver em 2021 e também não foi, mas o Tribunal de Contas não se lembrou, ou não o lembraram. Depois viram em 2020 e também não foi, em 2019 também não. Portanto, estavam sob o escrutínio, não havia dúvida nenhuma, mas estavam a responder em conformidade e com transparência. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que, relativamente à segunda alteração orçamental, os CDCs já foram aprovados na Assembleia e iriam obviamente aprovar a alteração orçamental.

----- Reconhecia que não fizeram uma análise muito detalhada sobre a distribuição das verbas, foram apresentados quadros onde os valores dos CDCs eram distribuídos pelas várias rubricas e por vários anos. Admitiam que as coisas estavam bem, mas também admitiam que parte desses números fossem algo tentativos, porque para parte dos CDCs só iriam entrar em 2024 e eventualmente em 2025. Portanto, parte das verbas poderia ainda sofrer alguns ajustamentos. ---

----- Eram números substanciais, os últimos CDCs chegavam aos 2.900.000 euros até 2025, verbas muito substanciais e onde certamente teriam de lançar concursos públicos, pelo que poderia haver alguns ajustamentos nos mapas que foram agora distribuídos. Percebia-se que isso pudesse ocorrer e também percebiam a dificuldade que os serviços pudessem ter no preenchimento de todos os mapas. -----

----- Não podia deixar de comentar um deles, que era a substituição das portas de alumínio da piscina. Supunha acabar em 2023, mas prolongava-se até 2025. Não percebia como para a substituição das portas de alumínio havia verbas em 2023, em 2024 e em 2025. Certamente haveria uma razão, mas pensava que pudessem terminar isso em 2023. -----

----- Relativamente ao conjunto de contratos com valores mais elevados, à volta do 2.900.000, em 26 de maio foi aprovado e que o Senhor Presidente deu o acordo, como eram verbas muito substanciais e a articulação apresentada era relativamente vasta, que quando depois houvesse os projetos e maior definição isso também fosse à Assembleia para informação. -----

----- Sabiam que no anterior mandato não tinham feito só coisas certas, também fizeram coisas erradas. Tinham isso no código de conduta, no plano de gestão de risco, sabiam de coisas que deviam ter sido feitas e não foram. Provavelmente foi também um erro dos serviços e ainda bem que agora o Tribunal de Contas estava atento. Não estive na altura e mal. Também se fizeram coisas mal e reconheciam. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **2.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2023 – Proposta n.º 03/PRES-TSC/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e BE), 1 voto contra (CHEGA) e 3 abstenções (IL e CDU) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta (ANEXO 6)** relativa à presente reunião, tendo a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrada a sessão. Eram vinte e duas horas e cinquenta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1.º SECRETÁRIO _____

2.º SECRETÁRIO _____

O PRESIDENTE _____

Composto por 24 págs. e 6 anexos.

ANEXOS

1. Convocatória.
2. Folha de Presenças.
3. Pedidos de substituição.
4. Informação Escrita do Presidente.
5. 2.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2023 – Proposta n.º 03/PRES-TSC/2023.
6. Ata em minuta.